

## **Resenha: Arquivos para que? – Bruno Delmas**

**Victória Lorraine Nascimento Costa Moreira**

O livro publicado no ano de 2010, busca explicar e exemplificar as noções da necessidade dos arquivos, Arquivos e algumas de suas respectivas utilidades. Bruno Delmas, no primeiro capítulo do livro, traz a incógnita referenciada no título. Aborda como geralmente se tem uma definição abstrata e incompleta sobre as utilidades de arquivos, definição a qual se torna o motivo do não reconhecimento desses documentos como algo vital. O autor busca justamente enfatizar as peculiaridades dos arquivos documentais, assim como traz uma noção historiográfica das inúmeras vezes que esses se tornaram de fundamental importância para a sociedade em um todo. Usa-se de exemplo o período medieval, tal como a permanência desse costume antigo de “arquivar” diferentes tipos de documentos e como se fez a multiplicidade das utilidades dos arquivos durante a evolução da sociedade.

As quatro categorias empregadas pelo autor “provar, lembrar, compreender e identificar” se desenvolvem nas subcategorias, transformando o conteúdo do capítulo abrangente e didático. Dessa maneira, inicia-se com a pré-noção da probatória e autenticidade dos documentos de arquivo, assim como soma com exemplos de extrema importância histórica, tal como a Revolução Francesa e a necessidade dos arquivos como garantia dos direitos civis. Na sequência, a concepção de lembrar-se como necessidade, exemplifica-se como as lembranças escritas, ou seja, os arquivos, tomam importâncias abrangentes tal como uma prova jurídica, e justamente por esse motivo, instituições que tinham recursos para conservar documentações, como a Igreja na Idade Média, se importaram em guardar lembranças de suas ações, assim como documentos da área de gestão administrativa. Não apenas nessas instituições físicas, mas também em viés mais categóricos e hostis, como o exemplo da guerra na África Ocidental, aonde o território nigeriano foi dizimado, os arquivos operaram papel fundamental para a reconstrução demográfica do país. Por conseguinte, a preocupação com a manutenção dos arquivos, a capitalização destes e ainda a necessidade de arquivar memória como forma constituinte de uma segurança, se deu com o aprendizado dos que vieram antes, saberes repassados que auxiliaram a reconhecer a vitalidade dos documentos.

A importância dos arquivos num núcleo além do histórico, é noticiado nessa subcategoria do texto. Remeter-se a notoriedade da utilidade dos arquivos em âmbitos científicos, abrange as noções do valor dos documentos em “formas imprevisíveis”, como diz o autor. Daí chegamos a terceira utilidade; conhecer e compreender. Infere aqui, como documentos atribuídos como “insignificantes” podem adquirir um extenso valor

científico, chegando a ser comercializados por empresas e sendo pilar fundamental tanto de instituições privadas como do próprio Estado.

Na sequência, Bruno Delmas traz uma outra utilidade dos arquivos, a que particularmente acredito ser uma das noções mais bonitas e inerentes; identificar-se. A extensão para o âmbito social, antropológico, psicológico e moral promove relações sociais entrelaçadas aos simbolismos do reconhecimento de identidade. O repasse das raízes históricas e tradições de maneira geral com finalidade de possibilitar uma conexão com uma história coletiva (pp.15 do pdf – 41 do livro), denota-se de fundamental importância para a noção de pertencimento do indivíduo em uma memória, assim como acontece na “cultura da empresa”. Há ainda, atrelado a isso, os simbolismos envolvidos da noção de patriotismo e identidade nacional, a qual é importantemente diferenciada pelo autor da questão do nacionalismo. Assim, vê-se os arquivos em mais uma de suas múltiplas utilidades, essa sendo um “desafio político”, visto que, disso decorre não apenas o reconhecimento da importância da conservação, mas ainda, a reação controversa da vontade ou necessidade de destruição e ocultação destes, justamente por se tratar de documentos factuais que transcendem as delimitações impostas, invadindo espaços categóricos e trazendo legítimas informações que podem ser usadas de inúmeras maneiras.

No segundo capítulo do livro: “O que são arquivos?”, o autor traz a noção didática e descritiva da concepção taxativa do que são arquivos. Cita, nesse momento, a legislação francesa, escrita em 1979 sobre a definição linear do que são esses documentos. Tratados na unanimidade como um “conjunto solidário e orgânico”, o autor diferencia o que são arquivos e Arquivos, sendo este último, as instituições responsáveis pela guarda, conservação e transformação destes em acessíveis. As definições de arquivo, numa concepção geral, carregam três características básicas: são necessários, pessoais e preservados, paralelamente são similares e únicos. Ainda que, a questão do sigilo refere-se ao respeito a vida privada de um indivíduo, empresa, corporação etc., esse oscila entre “os interesses de controle democrático” e a “intimidade das pessoas e sigilo da administração de empresas”. Cabe ainda ressaltar, como os arquivos são em suma, matérias-primas fontes de verdade para o pesquisador da área da história. Entrementes, o autor trata sobre outros assuntos difundidos a questão dos arquivos, tais como *o desafio da preservação* que imbuí a questão da autenticidade. Dentro disso, trabalha-se o nascimento da concepção das três idades dos arquivos (corrente, intermediário e permanente).

Para além disso, ressalta-se ainda a necessidade de se afirmar que apesar da concepção concludente de arquivos sempre atrelados a noção da escrita, encontram o empecilho de que transcende-se a isso, como por exemplo o fato da possibilidade de fundos de arquivo possuírem mapas, fotografias, documentos em audiovisual, entre outros objetos inanimados, compondo a noção de documento. Conclui-se que se algo assume a função de probatória, informação confiável ou de memória coletiva, esse se torna respectivamente um documento de arquivo.

Por fim, o terceiro capítulo lido, disserta sobre a importância do grupo que faz possível a conservação, preservação e acessibilidade desses arquivos: o arquivista. Trata-se sobretudo, de uma profissão antiga e atemporal que compõe uma “ciência e um conjunto de métodos e de técnicas”, que por infortúnio, não é bem reconhecida pelo público geral. Existe, dentro dessa profissão, inúmeras funções, estudos, áreas e políticas de arquivamento para que os profissionais lidem com todos os aspectos minuciosos que envolvem esse ofício. Há ainda, o ressaltado de que se diferencia da ocupação de gestor de documentos, ainda que haja atribuição da área dentro da profissão de arquivista, não só, mas comumente é muito confundido com a posição de historiador visto que estas áreas tenham se desenvolvido paralelamente e se entrelacem em inúmeros momentos. É de fundamental importância ressaltar que o arquivista opera para o bom funcionamento de todas as entidades vigentes de uma sociedade, e sua responsabilidade não se mantém apenas no quesito administrativo, mas também científico.